

## “NOTAS REFLEXIVAS SOBRE O DISCURSO ARISTOTÉLICO A RESPEITO DAS VIRTUDES INTELECTUAIS, IN *ÉTICA A NICÓMACO, LIVRO VI*”

Por Nelson M. de Moraes Rêgo<sup>1</sup>

O pensamento Aristotélico, sobretudo após a valorização feita por HANS GADAMER, *in verdad y Método*, continua a despertar a atenção dos pensadores na atualidade. Assim é que, sintetizamos algumas notas reflexivas a partir da clássica obra *Ética a Nicômaco*, livro VI, *Queteza Editores, Lisboa, 2.004*, sem a preocupação de erudição ou de um rigor científico ou filosófico, mas com o interesse de quem viu-se em verdadeiro “espanto” ante à profundidade e a preciosidade desse discurso, do qual destacamos aqui o que mais chamou nossa atenção.

Aristóteles distinguiu as excelências da alma humana em disposições éticas e teóricas. Estas podem estar representadas por três operações da alma, as quais determinam de modo predominante a ação e o descobrimento da verdade: *a percepção, o poder de compreensão e a intenção*. A Excelência do caráter é uma disposição que decide e a decisão é uma intenção deliberada; sendo uma decisão séria, aquela em que o princípio da decisão terá de ser verdadeiro e a intenção correta. A função do pensamento prático é mais propriamente de obter a verdade que corresponde à intenção correta. O princípio da ação é a decisão (enquanto origem da motivação); por outro lado, o princípio da decisão é a intenção de um cálculo dirigido para um objetivo final. Por esta razão não há decisão sem o poder de compreensão, nem sem o processo compreensivo, nem finalmente, sem a disposição do caráter. Na verdade, agir bem não existe na ação sem o pensamento teórico nem sem a disposição ética. O próprio pensamento, por si só, não põe nada em movimento, apenas quando se dirige para um determinado fim numa determinada ação. Por outro lado, o agir e o agir bem é um fim em si mesmo, e a intenção é o princípio da mudança específica que vai na sua direção. Por isso a decisão é uma compreensão intencional.

Na descoberta da verdade, Aristóteles identificou cinco operações da alma: perícia ou *tecnê* (técnica), conhecimento científico ou *epistême*, sensatez ou *phronesis* (prudência), sabedoria ou *Sofia* e poder de compreensão ou *nous* (intuitiva). Aquilo que é conhecimento científico torna-se claro quando é necessário uma compreensão rigorosa dos fenômenos e não basta um mero

---

<sup>1</sup> O Autor é Juiz de Direito e Bacharel em Teologia e Filosofia; Professor Universitário, Mestre em Ciências Jurídico-Processuais pela Universidade de Coimbra e Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca.

acompanhamento das semelhanças. Todo conhecimento científico parece ser suscetível de ser ensinado, também o que é objeto do conhecimento científico é suscetível de ser aprendido. Uma das formas de ensino de que se dispõe constitui-se por indução, a outra, por raciocínio silogístico. Enquanto a indução é o primeiro princípio do conhecimento, inclusivamente do conhecimento universal, o raciocínio silogístico procede, por sua vez, a partir de conhecimentos universais já adquiridos.

Aristóteles distinguiu o que é produzível do que é realizável por ação, por entender que a produção é diferente da ação. Exemplificando, a construção civil é uma certa perícia, i.é, uma disposição produtora conformada por um princípio racional. Toda perícia tem em vista trazer algo à existência, é pois, produzir com perícia. Esta é uma certa disposição produtora, conformada por um princípio verdadeiro. Pode haver sabedoria nas diversas perícias, aos peritos que a exercem de forma mais exímia, como é caso de Fídias, exímio na perícia de esculpir pedra e Policleto, exímio na perícia estatuária. Neste caso então a sabedoria significa a excelência no domínio de uma perícia.

O que parece ser sensato é, aquele ser que tem o poder de deliberar corretamente acerca das coisas que são boas e vantajosas para si próprio, considerando todas as qualidades que dizem respeito ao viver bem em geral. Aquele que delibera é alguém absolutamente sensato. A sensatez não pode ser nem um conhecimento científico, nem uma perícia. Em primeiro lugar, não pode ser conhecimento científico porque o que acontece no horizonte da ação pode ser sempre de outra maneira. Em segundo lugar, não pode ser uma perícia porque o género da ação é diferente do género produção. A sensatez é sim uma disposição prática de acordo com o sentido orientador e verdadeiro em vista do bem e do mal para o humano. Dessarte, homem sensato é aquele que é capaz de ver as coisas que são boas para si e para os homens em geral, incluindo-se neste último género, os peritos em economia e os peritos em bem-estar social (políticos num sentido amplo). O nosso filósofo clássico em evidência, também empregou a designação *sofrosyne* (temperança) porque se trata da salvaguarda da sensatez.

Interessante a assertiva aristotélica de que o objeto de conhecimento científico tem de poder ser demonstrado a partir de princípios, enquanto a perícia e a sensatez dizem respeito ao que pode ser de maneira diferente. Nem sequer, a sabedoria conhece os primeiros princípios. Porque até o sábio consegue apenas chegar a determinadas verdades através da demonstração. Através do conhecimento científico, da sensatez, da sabedoria e do poder de compreensão intuitivo chegamos à verdade sem jamais nos deixar envolver em falsidade. Entretanto é o poder de compreensão intuitivo, a operação da alma com a qual se desoculta ou se descobre, os primeiros princípios de tudo.

Ressalta a sabedoria como o mais rigoroso dos conhecimentos científicos. O sábio não tem apenas que conhecer o que deriva dos primeiros princípios, mas também de desocultá-los ou torná-los acessíveis a quem deles se interessar. Portanto, a sabedoria envolve uma compreensão intuitiva e um conhecimento científico, como uma forma extrema de conhecimento científico acerca daquelas coisas mais estimadas e mais importantes de todas. Também terá o sábio, a respeito de sua própria vida, um certo poder de compreensão por antecipação.

Nem todo sábio é sensato, pois pode haver sábio que desconheça o que é bom para si próprio, como Anaxágoras e Tales, que, conquanto soubessem de coisas extraordinárias, espantosas, difíceis de aprender e divinas, não se serviram desse conhecimento em proveito pessoal. Ora, sensatez diz respeito ao humano e sobre o qual é possível deliberar-se. Este é o trabalho do sensato: deliberar bem. A sensatez não abre apenas a coisas gerais mas deve reconhecer as situações particulares em que de cada vez nos encontramos, porque a sensatez é inerente à dimensão da ação humana e esta é a respeito das situações particulares em que de cada vez nos encontramos. Por esta razão é que alguns, podem ser mais sensatos do que os sábios na hora de agir. A sensatez é um horizonte atuante sobre o horizonte prático, de tal forma que se deve possuir ambas as formas de saber. Exemplo, para restabelecer a saúde, ingerir-se-á as carnes leves, sendo necessário saber que as aves são possuidoras de tais carnes. Assim, quem sabe de si próprio e trata de fazer por si, é sensato. Na verdade as pessoas procuram o bem para si próprias, e pensam ser em vista dele que devem agir. É desta opinião comum que resulta o fato de serem sensatos a agir no interesse de si próprios.

Uma indicação do que foi dito anteriormente, é que os jovens podem tornar-se geómetras ou matemáticos e mesmo peritos exímios a respeito destas matérias, mas não parecem poderem tornar-se sensatos. O motivo disto reside no fato de a sensatez dizer respeito às situações particulares em que cada um de cada vez se encontra, situações relativamente às quais o conhecimento se forma a partir da experiência, e quem é jovem, simplesmente não é experiente. É preciso muito tempo para se ter experiência. Consequentemente, uma criança pode se tornar matemático, mas não filósofo ou cientista da natureza (parafraseando, um jovem pode ser matemático, físico ou químico, mas não pode ser Juiz), uma vez que os princípios fundamentais da filosofia e da ciência da natureza são obtidos a partir da experiência. Além do mais, a possibilidade do erro em matéria de deliberação é dupla, relativa a princípio universal e à situação particular que de cada vez se forma.

De certa forma, a sensatez opõe-se à intuição (enquanto princípios axiomáticos), que não requerem quaisquer

espécie de esclarecimento. A sensatez impescinde duma espécie de intuição que se experimenta no momento extremo de cada situação particular que de cada vez se constitui.

Deliberar é procurar qualquer coisa. Na verdade, quem está a deliberar, não procura saber nada acerca das coisas que já conhece. Por outro lado, a boa deliberação é uma certa forma de aconselhamento. Quem está em processo de deliberação está à procura e faz cálculos, calcula probabilidades. E quem está em processo deliberativo, requer-se muito tempo. Deliberar é assim, um processo que decorre lentamente. Nenhuma boa deliberação é portanto uma opinião, mas sim uma correção no processo de pensamento, pois enquanto se está a pensar, não se chegou ainda a uma deliberação final. Deliberar corretamente é uma forma de bem, porque uma forma de correção deste gênero acompanhada de um bom aconselhamento é uma boa deliberação e visa a alcançar algo de bom. Demais, é possível chegar à conclusão correta depois de se ter deliberado durante muito tempo. Deliberar bem é próprio dos sensatos, a boa deliberação será a correção de deliberação a respeito do que é conveniente como meio para o fim, do qual a sensatez tem uma concepção verdadeira.

Entendimento e bom entendimento são aquelas qualidades segundo as quais dizemos que alguém tem entendimento ou é bem entendido, e não o mesmo que conhecimento científico ou opinião; nem se trata de um conhecimento científico particular, como a medicina a respeito da saúde e a geometria a respeito das grandezas espaciais. Não há também entendimento acerca dos entes que são eternos e imutáveis, nem acerca de tudo que tenha acontecido. É por este motivo que há entendimento acerca das mesmas coisas a respeito das quais se pode ser sensato. Contudo, entendimento e sensatez não são o mesmo. Enquanto a sensatez tem uma função de comando, a respeito do que se deve ou não fazer – e é esse o seu fim – o entendimento tem uma mera função de discernimento. Mas entendimento não é ter nem adquirir sensatez. Tal como diz que aprender é uma forma de entendimento, que faz uso do conhecimento científico, assim também dizemos do juízo que é uma forma de entendimento, quando empregamos a nossa capacidade de formar opinião para ajuizarmos acerca do que alguém diz sobre um determinado assunto do âmbito da sensatez. Dizemos, pois, muitas vezes *aprender* no sentido de *entender*.

A capacidade de ser compreensivo, segundo o qual dizemos que alguém tem capacidade de perdoar, é um discernimento correto do que é equitativo. E este, tem uma capacidade infinita de perdoar. O perdão é capacidade de ser compreensivo, isto é, trata-se da capacidade de discernir corretamente o que é equitativo e de ajuizar em verdade. Ora, quando alguém tem capacidade de discernimento acerca

daquelas coisas que dizem respeito ao sensato, mostra ter entendimento e ser bastante compreensível ou ter capacidade de perdoar, porque todas as ações equitativas são comuns a todos os homens de bem nas suas relações com outrem. Na verdade, também o sensato deve reconhecer a particularidade e o limite de situações que cada vez se constitui; ter entendimento e poder de compreensão dizem respeito às situações particulares da ação. Tais situações são limite.

A partir dos fins particulares que de cada vez se constituem, chega-se até ao fim universal. Também para este tem de haver uma intuição. Uma tal intuição é o poder de compreensão. Parece que o ser humano tem o poder, por natureza, de vir a ser compreensivo, ter entendimento e compreensão.

Na escola filosófica aristotélica, pensava-se que os poderes de compreensão e entendimento, acompanhavam as diferentes idades e que havia uma idade determinada para compreender plenamente as coisas e ser totalmente compreensivo em relação aos outros. Recomenda tal escola que se deve prestar atenção às declarações e as opiniões indemonstráveis de quem tem experiência de vida, dos que são mais velhos e sensatos (não menos do que a prestada a declarações e opiniões demonstradas). É como se aqueles tivessem obtido através da experiência um olho com o qual vêem corretamente.

Enquanto a sabedoria não tem em vista nenhuma daquelas coisas a partir das quais o humano pode se tornar feliz, a sensatez tem sim esta possibilidade. Mas em vista de que fim será ela necessária? Se justamente a sensatez diz respeito à justiça, à beleza e à bondade para o humano, são estes mesmos os fins em vista dos quais o homem de bem deve realizar as suas ações. Sabedoria e sensatez são preferenciais, mesmo que nenhuma delas produza o que quer que seja nos seus respectivos domínios. A sabedoria cria felicidade, pois sendo parte da excelência total, torna quem a possui, feliz, isto é, o acionamento da sabedoria é causa da presença da felicidade nele. Além do mais, enfatiza Aristóteles, que o trabalho específico do humano é cumprido, na medida em que é feito de acordo com a sensatez e a excelência do caráter. De fato, a excelência faz do fim um fim correto, e a sensatez abre para o encaminhamento nessa direção. A excelência faz a decisão ser uma decisão correta. Somos capazes de ser justos, sensatos e corajosos bem como ter as restantes disposições de caráter constituídas logo desde o nascimento. Mas quem tiver o poder de disposição, distingue-se no agir. Aristóteles considerava ainda que não poderia haver nenhuma decisão correta nem sem sensatez, nem sem excelência: esta faz-nos agir em relação ao fim; a sensatez faz-nos agir em relação aos meios para atingir o fim.

Assim, vimos uma breve síntese interpretativa do discurso filosófico aristotélico, a partir do livro VI de *Ética à Nicômaco*, na qual procuramos extrair do seu pensamento o que nos pareceu mais relevante e edificante à alma humana, a constituir dessarte um ligeiro contributo aos que se dedicam à filosofia.

Nelson Rego